

URBANIDADE E COMUNIDADES INDÍGENAS

CENÁRIO NACIONAL

No Brasil, a 519 anos os povos indígenas resistem para existir. Dos 11 milhões de indígenas, com cerca de 2000 povos, que contava naquela época, no primeiro século de contato, 90% dessa população foi dizimada por conta de doenças e pelo processo de escravidão a que foram submetidos. Até a década de 1970 a população indígena decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos.

No contexto geral é importante lembrar que os marcos de luta dos Povos Indígenas e a formação dos direitos indígenas e de proteção do meio ambiente foram importantes fatores para a sobrevivência e retomado do crescimento das populações indígenas.

A Constituição Federal de 1988 trouxe além do reconhecimento dos direitos territoriais, importantes inovações no tocante ao reconhecimento dos direitos indígenas como um todo. A partir daí a visão limitada vigente no país se modificou, assegurando aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Pela primeira vez se reconhece aos indígenas no Brasil o direito à diferença, isto é, o direito de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente.

A Convenção 169, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a criação de Políticas Públicas Diferenciadas (Conselho Nacional de Política Indigenista, Política Nacional de Gestão Territorial(PNGATI), Conselhos Nacionais de Educação Escolar e Educação Escolar Indígena, de Saúde Indígena, de Segurança Alimentar, de Política Cultural, de Promoção da Igualdade Racial, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de Juventude, dos Direitos da Mulher, dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos de Meio ambiente) entre outros, trouxe a retomada de projetos sociais étnicos e identitários.

Culturas e tradições passam a ser resgatadas e revividas. Terras tradicionais são reivindicadas. Línguas são revitalizadas e praticadas nas comunidades, através da criação de escolas indígenas na aldeia e na cidade. Rituais, cerimônias e a medicina tradicional, já quase desaparecidos, estão sendo resgatados e pautados nas discussões para criação de políticas públicas específicas.

Portanto, se ao longo de 519 anos a luta dos povos indígenas foi para garantir direitos e poder existir, ultimamente a luta tem sido para não os perder, e com isso desaparecer.

A partir da década de 90 o número de brasileiros que se consideram indígenas cresceu 205% desde 1991, resultado concreto dos valores reconhecidos na Constituição Federal de 1988.

CENÁRIO REGIONAL

Atualmente são **896,9** mil indígenas no Brasil, de **305** povos com **274** línguas maternas faladas, sendo que 36,2% vivem em contexto urbano, o que corresponde a 342.834 mil indígenas, e 63,8% em área rural, segundo o Censo de 2010.

O Estado do Amazonas é o que concentra maior parte da população indígena, com 183.514 mil, o que corresponde a 20,4% do total nacional, sendo, 95.215 homens e 88.299 mulheres, equivalendo a 5,2% da população do Estado, segundo dados do Censo 2010. Com 53 línguas faladas. Desse total, 53.985 moram fora de terras indígenas. É no Amazonas também que se concentra o maior número de registros de Povos Vivendo em Isolamento Voluntário, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

No contexto histórico da região, estudos apontam que a ocupação humana na bacia amazônica influenciou os padrões atuais da biodiversidade, através da domesticação de árvores e palmeiras pelos povos indígenas na era pré-colombiana – antes da chegada dos europeus ao continente – com forte impacto na composição da floresta Amazônica. Os Pesquisadores estimam que a domesticação de plantas na Amazônia tenha começado há mais de 8 mil anos.

As espécies, sabidamente cultivadas possuem cinco vezes mais chance de serem abundantes atualmente do que espécies não-domesticadas, podendo ser identificadas nos arredores de sítios arqueológicos, ou seja, locais onde se encontram evidências de atividades humanas no passado, as chamadas Terra Preta de Índio, o que reforça o papel da atividade desses povos na composição atual da Floresta Amazônica. Entre essas espécies encontradas em abundância estão duas espécies de açaí, seringueira, cacau, taperebá, cupuaçu, castanha-do-brasil, murumuru, entre outras. A maioria era usada na alimentação desses povos antigos.

Os vestígios indicam que se tratava de grupos numerosos e com intenso intercâmbio, tanto cultural, quanto comercial com outros grupos às vezes muito distantes. Estima-se que viviam na Amazônia entre oito a dez milhões de pessoas, que falariam pelo menos 400 línguas diferentes, com suas mais diversas formas de organização.

CENÁRIO LOCAL – MANAUS “MÃE DOS DEUSES”

Manaus foi criada em 1669, naquela época chamada de Barra do Rio Negro, por ocasião da construção do Forte da Barra de São José e do núcleo urbano. Tendo passado por vários nomes e contextos territoriais-políticos, só em 1911 o município de Manaus se torna capital do Estado do Amazonas. Manaus é conhecido pelo ciclo da borracha (1870 – 1913) e pela criação do Polo Industrial de Manaus nos anos de 1970, em plena ditadura militar.

Igual a maioria das cidades brasileiras, Manaus foi criada no povoado habitado pelos povos Manaó (que dá nome a cidade), Tarumã e Baré.

Com a chegada dos colonos, a rápida e intensa modernização de Manaus, substituiu e transformou a paisagem natural, destruiu antigos costumes e tradições locais, **integrou, civilizou e invisibilizou os índios**, transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega a Manaus, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e o feio, e construindo o moderno e o belo.

Um fator histórico devastador que contribuiu de forma significativa para a invisibilidade dos povos indígenas na cidade de Manaus.

A criação da cidade, do moderno ao desenvolvimento depredatório, está enraizada até os dias de hoje, e precisa ser ultrapassado e repensado por conta dos impactos sociais e ambientais que causam.

No dia 04/01/2019, o deputado estadual mais votado do Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim, fez a seguinte declaração “Aquele lixo urbano chamado Aldeia Maracanã é um absurdo. E é logo em um dos trechos mais importantes sob o ponto de vista logístico, numa área que liga a Zona Norte à Zona Sul, bem do lado do Maracanã. O espaço poderia servir como estacionamento, shopping, área de lazer ou equipamento acessório do próprio estádio do Maracanã. Como carioca, me causa indignação ver aquilo do jeito que está hoje. Quem gosta de índio, que vá para a Bolívia, que, além de ser comunista, ainda é presidida por um índio”.

Como herança de transformação da paisagem natural, embora situada no coração da floresta amazônica, Manaus tem apenas 22% da área urbana arborizada. Índice considerado baixo e o volume insuficiente de árvores traz consequências para a saúde da população. Esses 22% de arborização não estão distribuídos e estão concentrados em áreas específicas. Muitas nascentes de rios morreram ou estão poluídos. Rios grandes no entorno de Manaus estão contaminados, impróprios para consumo.

Para os povos indígenas, sua origem, o repasse dos conhecimentos tradicionais e a sua espiritualidade está ligado as florestas, rios e animais, morada mitológica dos encantados. É o equilíbrio e fonte de vida cultural e espiritual. Além de produzir elementos essenciais para a vida. Das matas se extrai a pintura corporal, os artesanatos, as armas de defesa e para a sobrevivência. Rios limpos produzem peixes saudáveis. Na mata está a prevenção e a cura de doenças. Preservar estes elementos é garantir a vida dessas populações. Os indígenas sempre tiveram uma preocupação milenar na preservação dessas riquezas naturais para as gerações futuras.

E este tem sido um dos grandes desafios dos indígenas que vivem nas cidades, manter a cultura ancestral num ambiente inverso ao seu habitat natural.

Muitas vezes quando pensamos a Amazônia, deixamos de pensar suas cidades, que possuem peculiaridades bem distintas em relação as outras cidades do Brasil. Manaus, como a principal cidade da Amazônia, enfrenta as repercussões das tendências e tensões da região. Entre essas tendências constam, entre outras, fluxos migratórios do interior da Amazônia, de outras regiões do país e de outros países, impactos do tráfico de drogas e armas e efeitos de mudanças climáticas, entre estes sobre a produção de alimentos (pesca e agricultura). O contexto político atual indica um agravamento dessas questões, uma vez que barreiras legais e proteções ambientais estão sendo removidos para ‘desenvolver a Amazônia’ com base na plantação de soja e exploração de minérios, entre outros

A centralização dos serviços nas cidades (Universidades, hospitais de média e alta complexidade, instalação de grandes empresas) assim como os megas projetos voltados para o desenvolvimento da região forçam cada vez mais a vinda para as cidades. Dessa forma, Manaus vive um acelerado crescimento populacional. Em 2010 contava com 1.802.014 pessoas, hoje tem uma população estimada de 2.145.444 pessoas - um crescimento populacional nestes últimos 8 anos de quase 20%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora figure com uma média salarial mensal de 3 salários mínimos entre as mais altas do Estado e da região, conta com uma situação em que apenas 24% de sua população tem emprego formalizado. 38% da população vive de renda mensal per capita de até ½ salário mínimo mensal, ou seja, aproximadamente 450 reais por mês (110 euros). Por outro lado, o PIB per capita de Manaus está, com R\$ 32.593 por ano, entre os maiores do país.

Alguns dados ilustram as vulnerabilidades da população pobre de Manaus:

- Os 80% mais pobres de Manaus detêm apenas 34,65% da renda total gerada; os 20% mais ricos detêm 65,35%.
- Renda per capita mensal média: R\$ 790,27.
- 33,5% da população é vulnerável à pobreza.
- 47,27% das crianças é vulnerável à pobreza.
- Entre as mães chefes de família, 20% não completou o ensino fundamental e é responsável por pelo menos um filho menor.
- 25% das pessoas entre 15 e 24 anos, sem ensino fundamental completo, depende de ocupação informal.

Nesse contexto vivem os povos indígenas que se deslocam para Manaus em busca de melhores condições de vida.

Aproximadamente 35.000 pessoas em Manaus se identificam como indígenas. Um número invisível nos levantamentos socioeconômicos, nos atendimentos de saúde e nas unidades de educação. A invisibilidade gera ausência de políticas públicas e a negação de direitos. O fato de estar nas cidades, na concepção de pessoas e do poder público, os índios deixam de ser índios.

Dados quantitativos são informações relevantes para a construção de políticas públicas diferenciadas (fundiária e habitação, educação, saúde). Devido à exclusão social e ao preconceito sofrido os indígenas enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas elevadas.

Em Manaus vivem 43 povos (Anambé; Apurinã; Arapasso; Arara; Arara do Pará; Baniwa; Barasana; Bará; Baré; Deni; Dessano; Kaixana; Kamayura; Kambeba; Kanamari; Karapanã; Kaxinauá; Katukina; Kokama; Kubeua; Kulina; Kuripako; Hiscariana; Macuxi; Manchineri; Maraguá; Marubo; Makuna; Miranha; Munduruku; Mura; Paumari; Piratapuia; Sateré Mawé; Tariano; Tikuna; Tukano; Tuyuka; Tupinambá; Wanana; Witoto; Warao; Caripuna) com 15 línguas faladas e 60 Organizações Indígenas (segundo o

diagnóstico feito pela COPIME – Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno e PIAMA – Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus.

As Comunidades, Associações, grupos e famílias indígenas estão presentes em todos os bairros de Manaus, com concentração maior na zona centro oeste, onde estão situadas as maiores ocupações indígenas.

UMA IGREJA APOIADORA DAS LUTAS

Em 1992 surgiu a Pastoral indigenista da Arquidiocese de Manaus (PIAMA). Inicialmente a pastoral procurou levantar informações a respeito das famílias indígenas residentes na cidade de Manaus, para depois formular uma proposta de trabalho.

O levantamento preliminar realizado em 1996, estimou a existência de 8.500 indígenas em Manaus.

As visitas feitas as comunidades indígenas criaram profundo laços de amizade, confiança e respeito entre ambas as partes.

Em 2011, com apoio da pastoral, depois de muitas discussões e assembleias dos povos indígenas, foi organizada e criada a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno – COPIME.

A COPIME foi oficialmente constituída no dia 06 de novembro de 2011 por vontade dos Povos Indígenas de Manaus e entorno e legalmente constituída em 23/08/2014, por meio de Assembleia Geral de Fundação e de aprovação do seu Estatuto Social, consolidando o trabalho de quase três anos de debates com lideranças indígenas da cidade de Manaus, centrado na ideia de protagonismo indígena e da luta por direitos à educação, saúde, trabalho e cultura na cidade, abrangendo a região metropolitana de Manaus: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Fazem parte da COPIME quarenta e sete (47) organizações na cidade e 12 no entorno, com aproximadamente 3 mil indígenas de diversos povos, na luta por seus direitos. A criação da COPIME representa o esforço de uni-los em torno de um projeto coletivo.

O grande desafio tanto para a COPIME quanto para a PIAMA é como manter a identidade e a cultura de pertencimento em um contexto social cada vez mais fragmentado e individualizado. Os próprios indígenas percebem no cotidiano as implicações de viver em uma grande cidade; um exemplo é o fato de os jovens e as crianças das comunidades não possuírem mais acesso aos saberes e cultura tradicionais, tais como língua, rituais, entre outros. Em tal contexto, a valorização dos elementos que caracterizam e dão vida ao modo de ser “indígena” não poderia se dar de outra forma, senão a partir da organização e atividade dos próprios indígenas.

Neste sentido, são várias as frentes onde esta ação se faz necessária; no âmbito da comunidade, na educação cultural das crianças na língua materna, na capacitação e formação dos adultos, na valorização da sabedoria contida nos ensinamentos dos mais velhos e, externamente, no reconhecimento por parte da sociedade envolvente da singularidade de suas culturas e modos de vida.

A Igreja de Manaus procura dar visibilidade a questão indígena nos mais diversos espaços, no Grito dos Excluídos, Campanha da Fraternidade, Eventos religiosos, feiras, rodas de conversa, seminários, nos meios de comunicação Radio Rio Mar e o Jornal da Arquidiocese, entre outros.

Nesse aspecto, a pastoral atua sob duas dimensões: Dimensão Social e Política e Pastoral.

Na dimensão social e política acompanha, anima e motiva o protagonista dos povos indígenas na luta das 5 (cinco) prioridades definidas: **Saúde Diferenciada, Educação Diferenciada, Artesanato e Cultura, Terra e Moradia, e Juventude Indígena.**

Na parte pastoral procura trabalhar o dialogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para construção de um mundo igualitário, democrático, pluricultural em harmonia com a natureza.

Marcivana Sateré Mawé

Coordenadora da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus – PIAMA

Coordenadora Tesoureira da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno – COPIME.



Aldeia Cipiá – Manaus/AM



Aldeia Cipiá – Manaus/AM



Aldeia Cipiá – Manaus/AM



Comunidade Tikuna Wotchimaucu – bairro Cidade de Deus, Manaus/AM



8ª Feira da Economia Solidária - 2018



6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – Etapa Manaus



Reunião com os professores indígenas para a construção da Minuta de Regularização dos Centro Culturais



Procissão de São Gabriel – Parque das Tribos/Tarumã



1ª Oficina Diagnóstico participativo da situação dos indígenas na cidade e em torno – Realizada no período de 13 a 15/03/2015, no XARE.



Assembleia Geral – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMARN.



Assembleia Geral – Associação União dos Povos Indígenas do Livramento do Rio Tarumã Mirim e Tarumã Açu - UPILTTA.



Ocupação Bairro Nações Indígenas – bairro Tarumã.